

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.607.405 - PE (2019/0318101-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : LUCIANA CAVALCANTI DE GODOY E OUTRO(S) - PE025823
CLÁUDIA VIRGÍNIA CARVALHO PEREIRA DE MELO - PE020670
PABLO RODRIGO NAZARETH COSTA - PE030463
CAMILA LIRA AFONSO FERREIRA PAIVA - PE035477
ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA - PE016983
AGRAVADO : SEVERINO LOPES DA SILVA
ADVOGADOS : ANDRÉ FRUTUOSO DE PAULA E OUTRO(S) - PE029250
LUDMILLA WANDERLEY DE MATOS - PE032409
MARCIO GUERRA BASTO - PE033453

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS contra decisão do il. Primeira Vice-Presidência do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, que negou seguimento ao recurso em relação à competência da Justiça Federal para apreciar demandas que versam sobre seguros habitacionais do ramo 66, com base no art. 1.030, I, "b", do CPC/2015 e o inadmitiu quanto à alegada violação a dispositivos da Constituição Federal, quanto à ofensa a Súmulas, bem como ante a incidência das Súmulas n. 7, 83, 211, todas do STJ e a Súmula n. 284, do col. Supremo Tribunal Federal.

Por sua vez, o apelo nobre (fls. 1.296-1.348), mao qual se pretende trânsito, foi manejado com arrimo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional em face de v. acórdão assim ementado (fls. 1.274-1.275):

"Processual Civil. Agravo de Instrumento. Ação de Indenização Securitária. Competência da EMENTA:

Justiça Estadual. Súmula e Precedentes deste Tribunal. Denunciação da lide à construtora. Prescrição do direito autoral. Ônus da prova. Aplicação do CDC. Custeio da perícia pela Seguradora. Minoração dos honorários periciais. Reforma parcial da decisão agravada. Agravo a que se dá parcial provimento.

1 - COMPETÊNCIA. Na ação de indenização securitária decorrente de seguro habitacional, não há interesse jurídico a autorizar a intervenção da Caixa Econômica Federal - CEF como assistente da Seguradora. Súmula nº 94 do TJ-PE. Mesmo após a edição da Medida Provisória nº 513/2010, convertida na lei nº

12.409/2011, esta Corte de Justiça vem se manifestando pela competência da Justiça Estadual para apreciação da presente demanda. Outrossim, não merece guarida o argumento da aplicação da lei Federal n. 13.000/2014 para a mudança da competência do presente caso. Isso porque já há posicionamento colegiado da 3ª Turma do STJ, unânime, declarando que a Lei 13.000/14 não traz nenhuma repercussão prática quanto ao que ficou decidido em Recurso Especial Repetitivo 1.091.393/SC.

2- **DENUNCIAÇÃO DA LIDE À CONSTRUTORA.** Não há dúvidas quanto à responsabilidade da seguradora apelante pelo evento descrito nos autos, possuindo relação direta com os mutuários para garantir a higidez dos edifícios. Dessa forma, rejeita-se a questão formulada.

3- **INÉPCIA DA INICIAL.** Considerando ter o autor acostado ao feito documentos presentes no id 4297027 e 4298028, tenho que constam nos autos os documentos essenciais para a propositura da presente ação.

4- **PRESCRIÇÃO.** O prazo prescricional, por sua vez, somente começa a fluir a partir da constatação dos defeitos de construção os quais entretanto surgiram de forma gradual, progressiva, não permitindo assim a marcação precisa da sua eclosão, diante do que aplica-se o prazo geral, não o específico de um ano.

5- **APLICABILIDADE DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.** Considerando a plausibilidade do direito invocado pela autora, com respaldo em consolidado entendimento jurisprudencial deste Tribunal sobre a matéria, não merece reparos a decisão recorrida que inverteu o ônus da prova. Assim, levando-se em conta o feito originário envolver visível relação de consumo é plenamente aplicável o CDC, cabendo a inversão do ônus da prova à seguradora. Consequentemente, diante da relevância da perícia no feito e sendo de interesse da seguradora a prova não arcando com seu custeio sofrerá a consequência da não produção do ato, conduzindo a veracidade das alegações autorais. Ademais, destaco ter a seguradora formulado pedido de prova pericial na instância originária.

5 - **DO VALOR DOS HONORÁRIOS PERICIAIS:** Considerando a relevância da prova em questão para o deslinde do feito originário, o pedido indenizatório contido na ação originária ser individualizado, este Tribunal estabeleceu o patamar remuneratório para perícia em pequena quantidade de unidades, no caso 1, no valor de R\$ 2.000,00 por unidade habitacional.

6 - Recurso a que se dá parcial provimento à unanimidade."

É o relatório. Passo a decidir.

Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, é incabível a interposição do agravo do agravo em recurso especial contra decisão denegatória de seguimento do recurso especial fundamentada em recurso repetitivo e proferida após a vigência do CPC/2015 (18/3/2016), pois o único recurso cabível é o agravo interno dirigido ao próprio Tribunal de origem, nos termos dos arts. 1.030, § 2º, e 1.042, *caput*, do CPC/2015 (v.g. AREsp 959.991/RS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 16/8/2016, DJe 26/8/2016; AgInt no AREsp 1.053.970/DF, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 25/4/2017, DJe 12/5/2017; e AgInt no AREsp 982.074/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 25/10/2016, DJe 17/11/2016).

Desse modo, considerando que a decisão agravada, proferida na vigência do CPC/2015, está fundamentada na conformidade do acórdão recorrido com precedentes firmados em julgamentos de recursos repetitivos, não é possível o conhecimento do presente agravo acerca de tais tópicos objeto da negativa de seguimento do recurso especial.

Por sua vez, correta a decisão agravada na medida em que o recurso especial não é o instrumento processual adequado para se alegar e analisar ofensas a normas constitucionais, cuja competência para exame é do col. STF, conforme preconiza o art. 102 da Carta Magna.

Melhor sorte não socorre ao apelo nobre no pertinente à suposta ofensas a enunciados de Súmulas, pois tais verbetes não se enquadram no conceito de lei federal, como se infere da leitura do seguinte julgado:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. VIOLAÇÃO DE SÚMULAS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ESPECIAL. CONCLUSÃO ACERCA DOS DANOS MATERIAIS, MORAIS E LUCROS CESSANTES.

REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. É defeso a esta Corte apreciar alegação de violação a dispositivo constitucional, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

2. Não é possível a abertura da instância especial por suposta violação a súmulas, por não se enquadrarem no conceito de lei federal, previsto no art. 105, III, "a", da Constituição Federal.

(...)

5. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 1147660/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 24/11/2017 - g. n.)

Valioso registrar, ainda, a Súmula n. 518/STJ, que assim dispõe: "*Para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula*".

Avançando, o apelo tampouco merece acolhida no tocante à suposta violação aos arts. 17, 125, II, e 485, IV e VI, ambos do CPC (denúnciação à lide e falta de interesse de agir); arts. 320 e 321, parágrafo único, ambos do CPC e arts. 771 do CC (inépcia da inicial); art. 206, §1º, II, b, do Código Civil e 487, II do CPC (prescrição); e arts. 3º e 6º, VIII do CDC (inaplicabilidade do CDC e impossibilidade de inversão do ônus da prova). Com efeito, a pretensão posta no apelo nobre demandaria reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, consoante preconiza a Súmula n. 7/STJ.

Por seu turno, tem-se que os arts. 124 do CPC/2015 e arts. 458, 476 e 786 do Código Civil não foram prequestionados. Como sabido, o prequestionamento é requisito de admissibilidade do apelo especial, uma vez que compete ao eg. STJ julgar, em sede de recurso especial, conforme dicção do art. 105, III, da Carta Magna, somente as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios.

Na espécie, tem-se que os referidos artigos não foram apreciados pelo eg. TJ-PE, acarretando a ausência de prequestionamento desses dispositivos legais. Ademais, não foram opostos embargos de declaração para fins de prequestionar essa norma. Nesse diapasão, nessa parte o apelo nobre não merece conhecimento, em face da incidência, por analogia, do óbice das Súmulas n. 282 e n. 356 do STF.

Finalmente, a divergência pretoriana tampouco foi demonstrada, ente a ausência de similitude fático-jurídica entre os acórdãos em comparação.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, I e II, do RISTJ, agravo parcialmente conhecido para não conhecer do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator